



Paulo Adriano, com a mãe e os irmãos: no limite entre a pobreza e a miséria, seu sonho de ser professor de português custa R\$ 40 mensais aos cofres da prefeitura, dinheiro que alimenta estômagos e esperanças

De olho na vida e no aprendizado

Udo Simons
Especial para o **Correio**

Ribeirão Preto — Paulo Adriano Martins Locrécio tem 12 anos e está na quinta série da Escola Pública Estadual Professora Glete de Alcântara, em Ribeirão Preto, cidade situada a 350 km de São Paulo. Paulinho sonha em se tornar professor de português. Pode parecer um sonho modesto para outras crianças, debruçadas em seus computadores com Internet e livros de inglês, mas, para ele, ser professor de português é como conquistar a Lua.

Sua família vive em um limite tênue entre a pobreza e a indigência, na periferia de Ribeirão Preto. Ele divide um cômodo de alvenaria com outras seis pessoas — os pais, três irmãos e uma sobrinha. O lugar é, ao mesmo tempo, sala, cozinha, quarto e lavanderia. A mãe, Ana Maria Martins, 36 anos, analfabeta, trabalha como empregada doméstica para ganhar um salário mínimo por mês. O pai, Edilson Locrécio, 36, alcoólatra, está desempregado.

Manter Paulinho na escola e acalantar o seu sonho de ensinar português custa R\$ 40 por mês à Prefeitura de Ribeirão Preto, uma das cidades mais ricas do interior de São Paulo e que tem 468 mil habitantes. A família do garoto é uma das 1 mil 300 beneficiadas pelo Programa Municipal de Garantia da Renda Familiar Mínima, implantado na cidade, em dezembro de 1995, pelo então

prefeito Antônio Palocci, do PT. O atual prefeito, Luiz Jabali, do PSDB, aproveitou a idéia, organizou o programa e lhe deu uma abrangência social maior.

A idéia original era incentivar as crianças com idade para cursar a fase do ensino fundamental — entre 7 e 14 anos — que estivessem fora de sala de aula ou encontrando dificuldades para estudar. A nova abordagem da prefeitura foi além disso. “A filosofia do projeto aplicado em Ribeirão tem características socioeconômico-culturais”, afirma a assistente social responsável pelo programa, Sandra Berteli. “Nós pensamos em proporcionar uma vida de melhor qualidade para as pessoas”.

CRITÉRIOS

Um dos critérios para receber o benefício mensal, que varia entre R\$ 40 e R\$ 100, dependendo da carência de cada família, continua sendo o de manter na escola as crianças com idade entre 7 e 14 anos. Mas a equipe técnica de Ribeirão Preto, formada por 40 assistentes sociais, acredita que os fatores sociais também são determinantes para a formação educacional das crianças. Para eles, não interessa se as famílias constroem um cômodo a mais na casa, comprem roupa ou até mesmo comida com o dinheiro recebido. “A prioridade no investimento é uma decisão familiar”, diz Sandra.

Segundo ela, as pessoas têm necessidades diversas e em sua



Tereza acaba de conquistar a renda mínima: preenche os critérios

maioria as famílias beneficiadas são totalmente carentes, sem condições de comprar o mínimo necessário para a sobrevivência. A compra de um colchão, de uma mesa ou até mesmo de uma geladeira, para o grupo de Ribeirão Preto, significa, mesmo que de forma indireta, garantia de melhor desempenho do aluno na escola. Contribui para proporcionar aos garotos, por exemplo, roupas limpas e condições de higiene iguais às de seus colegas de sala de aula. São estímulos para que continuem nas aulas e se sintam respeitados.

A família do menino Paulo Adriano, por exemplo, não teria como mantê-lo na escola sem os R\$ 40 que ele recebe por mês, mesmo que não utilize o dinheiro para comprar material escolar. “Com o dinheiro, financiei um par de sapatos para meu menino

ir para a escola. Compro comida e pago algumas das despesas da casa”, diz Ana Maria, a mãe dele. “Sem o dinheiro da prefeitura, Paulo Adriano não poderia ir para a escola e teria de trabalhar para ajudar em casa”.

MATA A FOME

A situação da família de Paulo Adriano é semelhante à de Marisa de Souza Benedito. Aos 35 anos, ela mora em dois cômodos nos fundos do terreno da casa de sua mãe, a duas quadras de Paulo Adriano. Marisa cuida de 5 filhos e um neto. O marido, Amaral Gomes, de 42 anos, ficou cego há três anos, quando ainda era guarda-noturno. Inválido, sem trabalhar, ele luta na Justiça para receber do INSS algum tipo de aposentadoria. Toda a família vive apenas com os R\$ 70 por mês do Programa de Garantia da Renda

Familiar Mínima, de Ribeirão. Quatro dos seus filhos estão em idade escolar. “Se não fosse esse dinheiro, já estaríamos passando fome há muito tempo”, garante Marisa.

Marisa parou de estudar na terceira série primária. No primeiro semestre deste ano, labutou nas frentes de trabalho do município, onde recebeu um salário mínimo, mas os serviços diminuíram e ela não consegue novos trabalhos. Poderia até pensar em vender algum bem, mas tudo de valor que tem em casa são eletrodomésticos velhos, um tanquinho de lavar roupa, uma cama da casal, duas de solteiro. “Meu sonho era ter dinheiro para comprar um terreno e fazer uma casa”, diz. Portanto, mesmo que não use o dinheiro exclusivamente para mandar os filhos para a escola, a bolsa funciona como um estímulo e tanto para a família mantê-los por lá.

A Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social, responsável pelo programa em Ribeirão Preto, pretende ampliar os benefícios para 2 mil famílias. Para se candidatarem aos benefícios do programa, os interessados devem ter renda de até dois salários mínimos; morar na cidade há pelo menos cinco anos e ter filhos entre 7 e 14 anos matriculados ou em fase de matrícula no ensino fundamental. Os pais precisam, ainda, garantir a frequência das crianças na escola. “Excluimos as famílias que deixam seus filhos se ausentarem

continuamente das aulas”, lembra Sandra.

Os técnicos orientam os beneficiados também a reverter o dinheiro, mesmo que de forma indireta, para a educação da criança. Afinal, lembram, alimentação e moradia são itens importantes para a formação do estudante.

A Secretaria da Educação está em fase de seleção de novas famílias. Uma das candidatas é a dona-de-casa Tereza Dias Freitas Lemes, 27 anos, escolhida esta semana para receber o benefício. O marido, Mauri Wilson Lemes, de 31 anos, pedreiro, está desempregado e viajou há uma semana, com um amigo, para São Paulo, em busca de oportunidades de emprego. Na viagem, levou apenas R\$ 40.

Casados há 11 anos, Tereza e Mauri têm quatro filhos e nenhuma renda fixa. A situação deles é tão precária que, na semana anterior à viagem para São Paulo, Mauri praticamente não comeu. “Só temos em casa uma lata de óleo, arroz e açúcar”, revela Tereza. A fome já provocou estragos anteriores na vida da família. Tereza perdeu um bebê, aos seis meses de gravidez, em decorrência da má alimentação.

O dinheiro que Mauri e Tereza vão receber da prefeitura, por Jessica Bruna, de 9 anos, estar na escola, vai ser usado para a sobrevivência de toda a família e, conseqüentemente, para o melhor desempenho da menina no colégio. “Hoje, os meninos não comem todos os dias”, diz a mãe.